

Documento critica Plano Baker

Montevideu (do correspondente) — “Nos últimos cinco anos, os níveis de vida dos latino-americanos retrocederam uma década. Os enormes esforços realizados para ordenar nossas economias, para melhorar nossa eficiência, para aumentar nossas exportações não foram suficientes. Não o foram porque nenhum esforço nacional pode compensar o extraordinário deterioramento das condições internacionais para os países da região”, diz a “Declaração de Montevideu”, aprovada ontem à noite pelos ministros de Economia e Relações Exteriores dos 11 países do Consenso de Cartagena.

O documento, que foi arduamente discutido palavra por palavra, faz uma análise do ano de 1985, lamentando a queda da renda por habitante na maioria dos países da região, apesar de seus esforços internos. “Transferiram-se recursos financeiros, em termos líquidos, de 30 bilhões de dólares”, constatam os ministros, concluindo que esse fenômeno vem-se repetindo nos últimos quatro anos, período em que a região transferiu para os países ricos mais de 100 bilhões de dólares.

Depois de afirmar que “o nível de investimento, que é a síntese da capacidade de crescimento, continua sendo um terço inferior ao de 1980”, os ministros fizeram uma análise do Plano Baker, apresentado pelos Estados Unidos:

— A proposta de Baker representa um passo positivo ao reconhecer o princípio de corresponsabilidade na solução do problema da dívida e a necessidade de crescer dos países devedores mediante o restabelecimento das correntes financeiras aos devedores. No entanto, a proposta se revela insuficiente em razão de que o problema da dívida externa não se limita a uma necessidade de fluxos de caixa, dado que o volume de recursos previstos dificilmente alcançará um montante que permita aos países deve-

dores cumprirem suas obrigações com os credores e, ao mesmo tempo, assegurar seu crescimento sustentado — diz o documento. Ele insiste ainda em que falta definir, no Plano Baker, a questão das condições impostas aos países que a ele se candidatarão.

Proposta de emergência

O consenso de Cartagena reivindica altas taxas de crescimento para recuperação do atraso acumulado na primeira metade desta década. Estabelece como meta a duplicação do Produto da região até o final desta década e, para atingi-la, faz uma “proposta de emergência”, composta de nove itens:

- 1) Retorno das taxas reais de juros a seus níveis históricos e redução das margens bancárias.
- 2) Aumento dos fluxos de fundos e separação da dívida atual e da futura.
- 3) Manutenção dos saldos reais de crédito dos bancos comerciais.
- 4) Limitação das transferências líquidas de recursos para o exterior.
- 5) Incremento substancial dos recursos dos organismos multilaterais de fomento (Banco Mundial, BID, etc)
- 6) Reestruturação multinacional do principal e capitalização dos juros da dívida com os países do chamado Clube de Paris (industrializados), sem suspensão de novos créditos à exportação.
- 7) Ampliação dos fundos disponíveis do FMI para cobrir situações de emergência, como a deterioração das exportações.
- 8) Evitar a prática de condicionalidades que dificultam seriamente a utilização de recursos das diversas instituições credoras.
- 9) Suspensão das medidas protecionistas que impedem o acesso das exportações aos países industrializados.